

## Sociofuncionalismo em diacronia: dilemas, conjecturas e aplicações

Sociofunctionalism in diachrony: dilemmas, conjectures and applications

Sociofuncionalismo en diacronía: dilemas, conjeturas y aplicaciones

### Márluce Coan

Universidade Federal do Ceará (UFC/CNPq/Brasil)

coanmalu@ufc.br

<http://orcid.org/0000-0001-7809-8624>

### RESUMO

À luz de pressupostos sociofuncionalistas, apresentamos dilemas impostos ao pesquisador, especificamente aqueles voltados ao ponto de partida (da função para a forma ou vice-versa) e à noção de significado (referencial ou por domínio funcional). Conjecturas são então expostas visando à resolução desses dilemas no que se refere ao tratamento da função de *antepretérito* e das formas de pretérito mais-que-perfeito simples, *haver/ter* no imperfeito mais participio neutro, pretérito anterior e pretérito perfeito simples. Na sequência, analisamos tal fenômeno, qualitativa e quantitativamente, em prosa histórica, literária, religiosa e jurídica do galego-português, considerando dados dos séculos XIII a XV, provenientes do *Tesouro Medieval Informatizado da Língua Galega*. A investigação comprova variação motivada por fatores referentes a tipo de verbo, marcador temporal, pessoa discursiva, tipo oracional, polaridade, presença de objeto (este grupo exclusivamente nos casos de *haver/ter* no imperfeito mais participio neutro) e tipo de prosa, ao passo que evidencia processos de gramaticalização.

\* Sobre a autora ver páginas 57- 58.



**PALAVRAS-CHAVE:** Sociofuncionalismo; Diacronia. Antepretérito; Galego-Português.

#### **ABSTRACT**

*Based on sociofunctionalist assumptions, we present dilemmas imposed to the researcher, specifically those aimed at the starting point (from the function to the form or vice versa) and the notion of meaning (referential or by functional domain). Conjectures are then exposed to solve these dilemmas with regard to the analysis of the function of antepretérito codified by 'pretérito mais-que-perfeito simples', 'haver/ter' in the imperfective form plus participle neutral, 'pretérito anterior' and the simple past tense. Then we analyzed this phenomenon qualitatively and quantitatively in data from historical, literary, religious and legal prose from Galician-Portuguese, considering data from the 13<sup>th</sup> to 15<sup>th</sup> centuries, obtained in "Tesouro Medieval Informatizado da Língua Galega". The investigation proves variation motivated by factors related to type of verb, time marker, discursive person, clause type, polarity, kind of object (in cases of 'haver/ter' in the imperfective plus participle neutral) and type of prose, whereas shows grammaticalization processes.*

**KEYWORDS:** Sociofunctionalism; Diachrony; Antepretérito; Galician-Portuguese.

#### **RESUMEN**

*A partir del aporte teórico sociofuncionalista, presentamos dilemas impuestos al investigador, específicamente los que señalan el punto de partida (de la función a la forma o viceversa) y la noción de significado (referencial o en un dominio funcional). Por lo tanto, se exponen conjeturas para solucionar dichos dilemas con respecto al análisis de la función del antepretérito y de las formas de pluscuamperfecto (en -ra), imperfecto de haber más participio neutro, pretérito anterior y pretérito perfecto simple. A continuación, analizamos este fenómeno, cualitativa y cuantitativamente, en datos de la prosa histórica, literaria, religiosa y jurídica del gallego-portugués, considerando datos de los siglos XIII al XV, del "Tesouro Medieval Informatizado da Língua Galega". La investigación demuestra que la variación está motivada por factores relacionados con tipo verbal, marcador de tiempo, persona discursiva, tipo de oración, polaridad, presencia de objeto (este grupo exclusivamente en los casos de haber en imperfecto más participio neutro) y género de prosa, mientras que evidencia procesos de gramaticalización.*

**PALABRAS CLAVE:** Sociofuncionalismo; Diacronía; Antepretérito; Gallego-Portugués.

## 1 Considerações iniciais

Muitas palavras que já morreram terão um segundo nascimento, e cairão muitas das que agora gozam das honras, se assim o quiser o uso, em cujas mãos está o arbítrio, o direito e a lei da fala.

(Horácio – *Ars Poetica*)

Conjugando pressupostos da Sociolinguística Variacionista e do Funcionalismo Linguístico, sob o viés sociofuncionalista, tratamos, neste artigo, de duas etapas correlacionadas: na primeira etapa, de natureza teórica, entram em pauta alguns dilemas com os quais lida o pesquisador sociofuncionalista ao enveredar-se à diacronia; na segunda etapa, aplicamos pressupostos sociofuncionalistas à correlação entre função de antepretérito (passado anterior a outro passado) e suas formas de codificação, considerando-se dados da era medieval, especificamente do galego-português.

Desde a década de 1980, estudos sociofuncionalistas têm sido desenvolvidos no Brasil: inicialmente, no âmbito do PEUL/RJ (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua), cuja orientação é predominantemente variacionista, mas a variação é articulada à função discursiva (NEVES, 1999). Nessa direção, um importante passo foi dado por Tavares (2003, p. 134), ao mostrar que “o pressuposto básico para a constituição do sociofuncionalismo - ou de *um* sociofuncionalismo - é o de que algum traço funcional seja levado em conta, caso contrário não teríamos como justificar o funcionalismo do rótulo. [...] O mesmo é válido para a parte *sócio-* do rótulo: algo terá de vir da sociolinguística, sejam aspectos metodológicos, achados quanto aos condicionamentos sociolinguísticos, princípios e explicações...”.

Optamos por esse viés teórico tendo em vista o prisma histórico, pois olhá-lo por um ângulo ou outro poderia não explicar suficientemente os dados. Isso já é por si só um impasse histórico, pois temos de analisar o passado a partir do presente, engatilhando sequências com base em nossas teorias, já que outrora, nem tudo era o que parece ser agora. Conforme Lass (1980), é somente como suprimos, através de teorias, as mais importantes perdas, que um passado racional pode existir. À medida que nos movemos historicamente, dilemas vão surgindo. Propomo-nos, neste artigo, a demonstrá-los, bem como a tecer conjecturas que visem à aplicabilidade do Sociofuncionalismo em análises diacrônicas.

São dois os dilemas que nos foram impostos, quando decidimos investigar o antepretérito em galego-português, quais sejam: (i) o dilema do ponto de partida (partimos da forma ou da função?) e (ii) o dilema do mesmo significado (consideramos função referencial ou discursiva?). A esses dilemas, na seção 2, tecemos conjecturas, bem como apresentamos pressupostos muito bem casados, caros à explicação do fenômeno em tela nesta pesquisa.

A terceira seção foi destinada à exposição do corpus sob análise, proveniente do Tesouro Medieval Informatizado da Língua Galega,

especificamente de textos em prosa: histórica, literária, religiosa e jurídica. Serviu, também, à exposição do contexto de pesquisa, já que necessitávamos traçar fronteiras temporais, o que não é tão simples como parece. “Como traçar fronteiras num sistema que evolui na continuidade? E por que ou para quê? Simplesmente porque o nosso pensamento precisa de pontos de referência.” (CARDEIRA, 2009, p. 105). Ainda neste espaço metodológico, explicitamos os fatores de controle para uma análise variacionista, os quais articulamos a pressupostos funcionalistas, configurando o viés analítico a ser demonstrado na seção quatro, na qual expomos contextos de uso propícios a cada uma das variantes sob análise para codificação do antepretérito (pretérito mais-que-perfeito simples, *haver/ter* no imperfeito mais participípio neutro, pretérito anterior e pretérito perfeito simples), considerando-se, para tal, pesos e probabilidades obtidos em análise estatística.

## 2 Dilemas e respostas sociofuncionalistas

Nossa proposta de pesquisa (análise do antepretérito na prosa medieval galego-portuguesa), desde sua concepção, já revela vieses teóricos latentes: de um lado, o interesse por processos de variação evidencia que a opção teórica deva ser a Sociolinguística variacionista; por outro, a multifuncionalidade da forma em *-ra* e do pretérito perfeito, bem como a emergência e a gramaticalização de *haver/ter* mais participípio levam-nos à opção teórica funcionalista. Separar isso ou ignorar um dos lados seria a solução mais prática metodologicamente, no entanto, poderíamos deixar de captar nuances, essências, configurações ou modulações gramaticais. Eis que nos vem o Sociofuncionalismo como base teórica: se podemos casar teorias, então podemos alargar o espectro analítico. Essa solução, no entanto, vem carregada de desafios, pois uma articulação, que parece óbvia à primeira vista, requer esclarecimentos epistemológicos.

### 2.1 O primeiro dilema: o ponto de partida

Em história da língua, qual seria o melhor ponto de partida: buscamos formas e, depois, mapeamos funções ou partimos de uma função e vemos que formas existiam no período sob investigação? São duas possibilidades igualmente válidas: estender a teoria variacionista englobando aspectos funcionalistas ou estender o funcionalismo englobando a teoria variacionista. Por razões didáticas, temos de optar, mas cremos ser apenas uma opção metodológica, não o reflexo da língua, já que ambas as perspectivas, forma-funções ou função-formas, são opções de olhar o mundo temporal.

Teoricamente, faria mais sentido uma visão holística em que não haveria primazia da forma ou da função, como a observada por Dubois e Votre (2012, p. 54):

[...] a proposta de Dubois representa uma nova concepção dinâmica de língua, e nos impede de partir tanto da forma quanto da função, escapando, assim, aos reducionismos clássicos da linguística contemporânea. Ao contrário, numa postura de natureza holística, prefere partir das relações entre formas e funções, sem opção de direcionalidade.

Para Tavares (2003, p. 132),

[...] talvez pudéssemos propor que ambos, função e estrutura, recebessem igual destaque [...]. Dessa guisa, o que é defendido como prioritário em cada modelo fonte deixaria de ter tal status e passaria a dividir o reinado com sua ‘contraparte’.

Ocorre que, em pesquisa histórica, o que temos no presente nem sempre é igual ao que existiu no passado ou vice-versa, por isso temos de dar um passo de cada vez. Seguimos então em busca de uma forma, tipicamente caracterizada como forma que codifica o antepretérito – o mais-que-perfeito simples, para, em seguida, mapear suas funções, mas esse é somente um dos quatro passos necessários à resolução do dilema. Considerando-se o tema em pauta, quatro passos foram necessários: (i) um passo em direção ao –ra, morfema prototipicamente registrado em gramáticas como marca modotemporal do pretérito mais-que-perfeito; (ii) um segundo passo em busca de *haver/ter* mais particípio como forma gramaticalizada ou em processo de gramaticalização; (iii) um terceiro passo em direção ao pretérito perfeito que tem suplantado o mais-que-perfeito na oralidade atualmente; (iv) por fim, o passo inusitado foi buscar uma forma que não mais ocorre, nem mesmo é registrada na maioria das gramáticas (há uns poucos registros aqui e acolá) – o pretérito anterior. Tais passos são detalhados e ilustrados a seguir.

O primeiro passo decorre de registros gramaticais que classificam o –ra como forma de codificação do antepretérito (um passado do passado), dentre os quais citamos: Barbosa (1830), Pereira (1923), Said Ali (1964), Luft (1976), Almeida (1989), Melo (1987) e Cunha & Cintra (2008), bem como decorre de registros referentes a usos modais do –ra: conjuntivo (conforme Almeida, 1989 e Cunha e Cintra, 2008) e condicional (de acordo com Barbosa, 1830). Funções modais do morfema –ra também são notadas por Xove (1977), Mattos e Silva (1989), Fiorin (1996), Coan (2003), Becker (2008), Martins e Paiva (2013), Coan, Lima e Sampaio (2019) e Coan (2020, 2021a e 2021b). Dessa guisa, ao depararmo-nos com muitos usos de –ra, a própria pesquisa requereu um mapeamento funcional para descartamos as funções modais: conjuntiva e condicional (conforme ilustramos em 02) e volitiva (conforme exemplo 03) e concentrarmo-nos na temporal de antepretérito (conforme exemplo 01).

- (01) [...] et quando o enperador soube que el chegaua aa vjla, *con moy gran* saña mandoo trager ante si. Pilatus, quando esto oyo, vestío a saya que tina, que FORA de Nostro Señor, et foy leuado ante el (Milagres de Santiago, folio 14).
- (02) Et aos outros fezeron entrar per força ãno mar moy a dentro, ca atra as selas entrarõ pos eles, feríndoos moy mal, que ja nõ sse podiã defender. Et sabede que aly forõ maldesbara[ta]dos os gregos, en tal maneyra que, se lles moyto DURARA, nõ FICARA ende home (Crônica Troiana, capítulo 116).
- (03) Et quando o oyo Calrros mandou gisar os seus et QUISERA yr aló, mais Galarón, que sabja a treychón, diso: -Señor, non vaas aló. [...] (Milagres de Santiago, folio 85).

Selecionado, então, o primeiro bloco de dados, contendo formas em *-ra* com função de antepretérito, voltamos nosso olhar à forma composta. Esse segundo passo tem sua complexidade assentada no fato de que estávamos diante de um período de emergência dessa estrutura, do que decorre exclusão de muitíssimos dados. De acordo com Mattos e Silva (2001, p. 40), do século XIV para o XV, “criou-se um sistema de tempos compostos, constituído de verbo derivado de *habere* mais *participio* passado, correspondente aos tempos simples, que têm como marca semântica geral, mas não exclusiva, o traço aspectual conclusivo ou perfectivo”. A variação, segundo a autora, já aparece documentada no início do século XV e a interpretação de estrutura de tempo composto difunde-se para os verbos intransitivos do século XV para o século XVI.

A título de ilustração, considere-se o exemplo (04), no qual há três estruturas com *haber* mais *participio*. Considerando-se ausência de objeto explícito e de posse material para *haber/ter* e uso do chamado *participio neutro* (no masculino singular), entram na análise os seguintes dados: (i) “*havia feyto*”, tendo em vista que o *participio* não está no plural, ou seja, mesmo fazendo referência a “*mal*” e a “*dano*”, não ocorre a forma “*feytos*”; (ii) “*aujã tomado*”, já que o *participio* se refere à “*desonrra*” e nem por isso ocorre “*tomada*”. Por outro lado, exclui-se “*auja feyta*” que se refere à palavra “*gaãça*”, mantendo-se, portanto, a marca de concordância no feminino/singular.

- (04) Desy começarõ a tirar suas naos pera alto mar et singlarõ o mays toste que poderõ. Et Pares foy moy ledo de quanto mal et de quanto dano aquela uez AUJA FEYT[O] a gregos, et pagousse tâto que mays nõ poderiã da grã gaãça que AUJA FEYTA et da desonrra que del AUJÃ TOMADO et dos presos que leuauã. Mays agora me semella que começarõ grã loucura (Crônica Troiana, capítulo 44).

Interessamo-nos, outrossim, pelo pretérito perfeito simples, que, na atualidade, é forma que também codifica o antepretérito (conforme observou Camara, 1972, e atestou Coan, 1997). Em pesquisa de dados do século XVI ao século XX, Coan (2003) também comprovou esse uso, porém em menor escala que o uso do pretérito mais-que-perfeito. Dessa guisa, demos um terceiro passo em busca desse pretérito perfeito simples com valor de passado do passado, conforme ilustramos em (05), descartando, portanto, todos os pretéritos perfeitos que apresentavam valor divergente, ou seja, de passado relativamente ao momento de fala.

- (05) Os leoneses fezerõno assy (assy) co~mo lles el rey MANDOU et leuarõ a condessa muy onrradamente, co~mo dona de tã alta guisa. Et o conde, quando a uyu, prouguelle muyto cõ ela et teue que lle auya Deus feycta muyta merçee (Crônica Troiana, capítulo 96).

Incluímos, no cômputo dos dados, formas de P6 (terceira pessoa do plural), tendo em vista que as terminações eram distintas, como ilustramos em (06) abaixo. Note-se, contudo, que as terminações inicialmente distintas –ã < -ant e –õ < -unt começam a confundir-se desde o século XIII, mas mais intensamente a partir do século XIV, como observa Maia (1986).

- (06) Et entón se foron con gran compana do póboo ao moymento et abríronlo et non acharon y o corpo que y METERON, senón os panos con que a ENTERRARAN (Milagres de Santiago, folio 136).

Por fim, tendo em conta observações presentes em gramáticas históricas, não poderíamos omitir o pretérito anterior (conforme exemplo 07), paradigma que deixou de ser utilizado no português clássico, no entanto, teve sua vitalidade entre o final do século XII até meados do século XVI, conforme atesta Silveira Bueno (1955). Dias (1918) observa que o “português arcaico médio” empregava um tempo composto do pretérito definido de *ter* ou *haver* e do particípio passivo de verbo transitivo para exprimir que, em um certo momento passado, a ação estava consumada (p. 194)”. Acrescente-se o fato de que o pretérito anterior não existia no latim clássico; tal paradigma foi formado, provavelmente, nas fases arcaicas das línguas românicas, analogamente ao que ocorreu com o pretérito perfeito composto (*bei feito*) e o mais-que-perfeito composto (*havia feito*) (de acordo com ZAVADIL 2004, *apud* HRICSINA, 2017).

- (07) Poys que el rey don Fruella OUVÉ REYNADO hüü äno et dous messes, quanto auemos dito susu que reynara, engafeçeu; ca os ma[o]s nõ quer Deus que chegẽ aa meadade de seus dias (Crônica Geral, capítulo 55).

Definido, metodologicamente, o ponto de partida: função de antepretérito (passado anterior a outro momento no passado) codificada por V-ra, *haver/ter* no imperfeito mais particípio neutro, pretérito perfeito simples e pretérito anterior, seguimos para a outro impasse, o do significado referencial para um conjunto de variantes.

## 2.2 O segundo dilema: o mesmo significado referencial

Dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas, conforme Labov (1978), têm o mesmo valor de verdade, ou seja, o mesmo significado (referencial ou representacional). No Funcionalismo, tem vez o princípio de estratificação (HOPPER, 1991): o que caracteriza as camadas é a igualdade no plano funcional. Segundo Tavares (2003, p. 109),

para que o casamento entre as teorias funcionalista e variacionista avance, a melhor solução parece ser o afrouxamento do critério pelo qual as variantes costumam ser agrupadas, permitindo o tratamento variável de formas que compartilhem funções discursivas.

Sendo assim, coube-nos a opção entre tratar de um domínio funcional de antepretérito (afrouxamento do critério) ou de significação referencial restrita (estreitamento do critério). À primeira vista, as quatro formas escolhidas (pretérito mais-que-perfeito simples, *haver/ter* no imperfeito mais particípio neutro, pretérito anterior e pretérito perfeito simples com valor de passado do passado) parecem ser variantes, não nos levando a qualquer contestação. Um olhar mais atento à era medieval mostra-nos que, em verdade, há peculiaridades, do que decorre nossa opção pelo afrouxamento do critério, como sugere Tavares (2003). Consideramos esse afrouxamento pelo fato de duas das quatro formas sob análise terem peculiaridades, uma relativamente a aspecto e outra relativamente à ordenação de constituintes, as quais explicitamos a seguir.

As quatro formas codificam tempo passado anterior a outro passado, porém a gramaticalização de *haver/ter* mais particípio parece significar, conforme Xove (1977), aspecto perfectivo e anterioridade em relação à forma simples, agregando, portanto, um traço aspectual à significação, já que se observa, também, a existência de formas redundantes como ‘*ouvera*’ + particípio (conforme ilustramos em 08).



- (08) Et o conde leuara y entō hūu açor mudado muy boo et hūu caualo muy noble ademays, que OUUERA GAANADO ena batalla d' Almāzor. Et quando el rey dom Sancho uiu aquel caualo, pagousse del moyto et disso ao conde que llo vendesse (Crônica Geral, capítulo 84).

Já o pretérito anterior, embora signifique antepretérito o faz sequencialmente (como em (09)) e não contrassequencialmente, como o fazem as outras formas que selecionamos. Ademais, Pereira (1923) categoriza-o como forma que também enuncia uma ação duplamente passada, como o mais-que-perfeito, porém mais próxima do momento de fala. Assim, em *Eu tive concluído a leitura quando ele chegou*, a chegada foi imediata à conclusão da leitura, ao passo que esse caráter recente não se deduz do mais-que-perfeito (*Eu tinha concluído a leitura quando ele chegou*). Para Cardoso e Pereira (2003), é provável que *haber* no perfeito mais participípio e *haber* no presente mais participípio tenham denotado situações anteriores relacionadas com um ponto de referência anterior ao momento de enunciação (houve feito) ou com o momento de enunciação (hei feito).

- (09) Cōmo Antenor cōtou ssuas rrespostas a rrey Priāmos  
Depoys que todo esto OUUO FEYTO, Antenor foy perlos tēplos et fez suas orações aos deuses, porque o escaparō de morte et de moy grā coyta (Crônica Troiana, capítulo 25).

Xove (1977) observa que se emprega “*ouve* + participípio” em orações temporais que indicam sucessão imediata em narrações de feitos referentes ao passado. Essa anterioridade imediata também é mencionada por Zavadil-Čermák (2010 *apud* HRICSINA, 2017), interpretação deduzível do contexto ou pela conjunção temporal que precede a forma verbal. Nas cantigas, segundo Xove (1977), ‘*haber*’ aparece sempre com verbos transitivos, embora, em contadas vezes, apareça sem objeto explícito. O mais frequente é que o participípio apareça com morfema de masculino ou neutro singular, coincidindo com o objeto, de modo que não é possível saber se se trata, efetivamente, de concordância ou de coincidência formal.

### 2.3 Articulando premissas

Resolvidos dois dos dilemas subjacentes a uma perspectiva teórica conjugada, passamos ao empreendimento de construir um sociofuncionalismo para esta pesquisa, tendo em vista que o sociofuncionalismo é sempre emergente, por articular premissas dos dois lados, embora nem sempre as mesmas. As premissas em tela dependem da investigação pretendida. Assim, nem tudo que vem da Sociolinguística opera em uma pesquisa casada com o

Funcionalismo, como nem tudo que vem do Funcionalismo opera em uma pesquisa casada com a Sociolinguística.

Há, obviamente, pressupostos mais gerais que estão sempre bem casados ou integrados: heterogeneidade, variação, mudança, língua em uso, análise pancrônica, frequência e motivações de natureza diversa. Porém, ao analisar os dados, direções são escolhidas: assim sendo, ora um lado ganha mais evidência, ora outro.

Tendo como ponto de partida um domínio funcional de expressão do antepretérito, bem como o período a ser investigado – o do galego-português, localizamos as formas que se constituem como variantes: *-ra*, *haver/ter* no imperfeito mais particípio neutro, pretérito perfeito simples e pretérito anterior. Desse modo, ambos os lados já são acionados, pois, para chegarmos ao *envelope de variação*, aludimos tanto ao mapeamento funcional quanto à análise de gramaticalização, considerada, na acepção de Hopper e Traugott (1993), como um processo pelo qual itens e construções lexicais passam, em certos contextos linguísticos, a funções gramaticais, e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais.

Conforme vimos demonstrando ao longo desta seção (em 2.1 e em 2.2), o mapeamento funcional diz respeito à separação de usos temporais e modais do morfema *-ra*, bem como à seleção do pretérito perfeito simples com valor de passado do passado dentre aqueles que expressam passado anterior ao momento de fala. Especificamente para a estrutura *haver/ter* no imperfeito mais particípio, foi necessário verificar estruturas gramaticalizadas ou em processo de gramaticalização: por exemplo, casos nos quais *haver* e *ter* ocorrem com particípio neutro (no masculino/singular). Görski e Tavares (2013, p. 88) observam que “é digno de nota o papel central atribuído à mudança linguística pela Sociolinguística e pelo Funcionalismo...”, já que diversos estudos que operam com a interface sociofuncionalista evidenciam que “a mudança é disseminada gradualmente [...] com incrementações contínuas em termos de frequência de uso” (p. 88).

Apesar dessa postura relativamente à mudança, a relação causa-consequência não é vista do mesmo modo por ambas as teorias. Para Labov (1994), havendo variação, uma forma pode suplantar outra(s) ou especializar-se, ou seja, a mudança seria uma consequência e não a causa. Quando há mudança, portanto, o sistema em evolução reflete uma série de reajustes anteriores, que voltam no tempo: cada estado da língua é um evento desencadeador para o seguinte (LABOV, 2010). Entretanto, nem toda variabilidade na estrutura linguística envolve mudança, mas toda mudança envolve, obrigatoriamente (conforme WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968). Já em perspectiva funcionalista, conforme Tavares (2003, p. 109),

[...] a variação aparece como pano de fundo, sendo uma das consequências possíveis da multifuncionalidade resultante do desenvolvimento das formas gramaticais: quanto mais papéis um item

acquire, mais chances há de que se sobreponha a outros itens usados nos mesmos ou similares papéis.

Embora as teorias-mãe do Sociofuncionalismo demonstrem perspectivas diferentes para a relação causa-consequência entre variação e mudança, as resoluções aventadas para os dilemas apresentados em 2.1 e 2.2 acabaram por demonstrar que não tínhamos como tratar de uma sem tratar da outra, já que mudança e a variação estão sempre presentes, como observa Givón (1995). Assim sendo, alinhamo-nos ao proposto por Castilho (1997, p. 55): “a variação é ao mesmo tempo o ponto de partida e o ponto de chegada da mudança linguística”.

Queremos dizer que esse tema não nos veio como um dilema, pois não tivemos de optar por uma ou outra perspectiva. Ao considerarmos quatro variantes, a mudança já se impôs, tendo em vista lidarmos com duas variantes em processo de gramaticalização/mudança (*haber/ter* no imperfeito mais participio e pretérito anterior). Ademais, partindo do presente em direção ao passado, tivemos de investigar o pretérito anterior, cuja produtividade decaiu consideravelmente com o passar do tempo, embora tenha tido vitalidade entre o final do século XII até meados do século XVI (SILVEIRA BUENO, 1955).

Premissas advindas de ambos os lados foram listadas ao longo desta seção referente a dilemas e conjecturas, destacando-se a relação entre um fenômeno de variação morfossintática e o processo de gramaticalização, “um dos pilares que sustenta o duplo olhar funcionalista e sociolinguístico sobre fenômenos de variação e mudança”, conforme observam Górski e Tavares (2013, p. 90) em referência a pesquisas empreendidas por Poplack (2011), Torres Cacoullós (2011) e Tagliamonte (2004).

Se os primeiros passos dão primazia ao lado funcional, por considerarmos (i) um domínio funcional como espectro e (ii) a gramaticalização como inerente à configuração das variantes, o outro lado é o que será privilegiado metodologicamente, já que estará em evidência uma variável dependente relativamente a outras variáveis, independentes ou motivadoras. Eis o que passamos a relatar na próxima seção.

### 3 Procedimentos metodológicos

Metodologicamente, optamos por um viés mais sociolinguístico: após definido o corpus, selecionamos variáveis independentes, as quais foram analisadas via programa estatístico *Goldvarb* (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), com o intuito de obter pesos relativos, bem como ordem de significância entre os grupos. Na esteira de Bybee (2001), consideramos que a gramática é variável e probabilística em sua essência.

Essas variáveis independentes foram escolhidas com base em duas razões articuladas: a primeira diz respeito ao fato de já terem sido testadas na

literatura sobre o tema; a outra razão decorre de respaldo funcionalista para explicação dos resultados, visto que essas variáveis independentes possibilitam considerações sobre gramaticalização. Nossa sistematização levou em conta os seguintes grupos de fatores: tipo de verbo (atividade, processo culminado, culminação, estado, dicendi, cognitivo e modal); marcador temporal (presença *versus* ausência); pessoa discursiva (P1, P2, P3, P4, P5 e P6); tipo oracional (parataxe, hipotaxe e subordinação [completivas/relativas]), polaridade (positiva ou negativa), presença de objeto exclusivamente nos casos de *haver/ter* no imperfeito mais particípio neutro (explícito, recuperável ou sem objeto), além do gênero textual (prosa literária, prosa histórica, prosa religiosa e prosa jurídica).

Relativamente aos tipos de prosa, entram em cena textos dos séculos XIII a XV, período considerado por Cuesta (1971) como galego-português, aproximadamente de 1200 até 1385/1420, conforme demonstramos no quadro abaixo. De acordo com Teyssier (1997, p. 31),

alguns estudiosos distinguem na evolução do português dois grandes períodos: o “arcaico”, que vai até Camões (século XVI), e o “moderno”, que começa com ele. Outros baseiam a sua periodização nas divisões tradicionais da história — Idade Média, Renascimento, Tempos Modernos —, ou nas “escolas” literárias, ou simplesmente nos séculos.

Optamos pela divisão proposta por Cuesta (1971), por fazer referência ao termo galego-português, terminologia respaldada por outros autores, que também consideram que houve um período de língua comum – galego-portuguesa (MAIA, 1986; TEYSSIER, 1997; MASIP, 2003; MONTEAGUDO, 2012, dentre outros).

**Quadro 01** – Periodização do Português

Época	Leite de Vasconcelos	Serafim da Silva Neto	Pilar Vázquez Cuesta	Lindley Cintra
até o século IX (882)	pré-histórico	pré-histórico	pré-literário	pré-literário
até +/- 1200 (1214-16)	proto-histórico	proto-histórico		
até 1385/1420	português arcaico	trovadoresco	galego-português	português antigo
até 1536/1550		português comum	português pré-clássico	português médio
até o século XVIII	português moderno	português moderno	português clássico	português clássico
até o século XIX/XX			português moderno	português moderno

Fonte: CASTRO (1988, p. 12).

Maia (1986) adverte, no entanto, que falar de uma comunidade linguística não implica admitir uma unidade total ou uniformidade da língua das duas regiões. Trata-se de um mesmo sistema linguístico, embora ocorram diferenças não só entre a zona galega e a portuguesa, mas também no interior de cada uma das áreas. De modo mais intenso, segundo a autora, somente a partir do século XV é que a língua falada ao Norte e Sul do Minho apresenta características que anunciam a futura evolução do galego e do português.

Nosso corpus base de investigação provém do Tesouro Medieval Informatizado da Língua Galega – TMILG (<http://ilg.usc.es/tmilg/obras.html>), que disponibiliza, aproximadamente, 16.000 unidades da era medieval, compreendendo o período que vai do século VIII ao XVII. Porém, devido a nosso recorte analítico, coletamos dados constantes nos textos dos séculos XIII a XV, especificamente de prosa – literária, histórica, religiosa e jurídica. Somente depois de uma imersão textual foi possível uma triagem ortogonal para a coleta, equilibrando o número de textos provenientes de cada agrupamento de gêneros, para que fossem possíveis análises quantitativas sem grandes desvios de distribuição.

Essa apropriação histórica e linguística, antes da coleta, configura-se em exercício de empatia:

Pero por outra banda non abonda con distanciarse, cómpre conseguir unha certa empatía co texto e co autor, para interpretalo á luz do seu marco, penetrar o seu mesmo punto de vista, descubrir os filtros culturais e ideolóxicos que lle son propios (MONTEAGUDO, 1999, p. 16).

Ainda seguindo o autor, consideramos relevante essa apropriação porque é dela que decorre o entendimento de certos usos verbais, seja pelo conjunto de textos do mesmo autor ou de outros autores do período, seja, em nossa pesquisa especificamente, pela relação entre tipos verbais, formas verbais e pontos de referência.

A triagem para a pesquisa visou ao equilíbrio textual, assim sendo, utilizamos um texto de prosa literária – *Crônica troiana* [1370-1373] (até o fólio 100 – 239 capítulos); um de prosa histórica – *Crônica Geral e Crônica de Castela* [1295-1312] (fólios 1-88 – 176 capítulos); um de prosa religiosa – *Milagres de Santiago* [1390-1420] (64 folios) e vários textos de prosa jurídica, por serem, de modo geral, fragmentos: Flores de Direito (fragmento) [1290-1350]; Foro Real (fragmento) [1290-1350]; Foro *Xuzgo* (fragmento) [1200-1230]; Glosas de textos legais (fragmento) [1301-1350]; Ordenamento de Alcalá de Henares (fragmento) [1348-1350]; Partidas (Afonso X): Primeira Partida [1301-1340]; Terceira Partida (A) (fragmento) [1300-1320]; Terceira Partida (B) (fragmento) [1300-1350]; Terceira Partida (C) (fragmento) [1325-1375]; Quarta Partida (A) [1300-1350]; Quarta Partida (B) (fragmento) [1275-1300]; Quarta Partida

(C) (fragmento) [1380-1420]; Quinta Partida (fragmento) [1375-1410] e Sétima Partida (fragmento) [1350-1400] .

Consideramos todos os fragmentos de prosa jurídica disponíveis para o período investigado. As demais prosas, por sua extensão, foram escolhidas dentre outras disponibilizadas no corpus. A Crônica Troiana é um texto que foi traduzido pelo clérigo e capelão Fernán Martíz a mando do conde Pérez de Andrade; ademais de Fernán Martins, intervieram outros escribas, mas somente na segunda parte. A Crônica Geral possui três partes: na primeira, conta-se o reinado de Ramiro I de Asturias até a morte de Vermudo III de León; é tradução da versão amplificada de 1289 de *Estoria de España* de Afonso X. Milagres de Santiago é um texto de finais do século XIV ou inícios do XV, de grande importância, pois contém uma tradução do *Codex Calistinus* ou *liber Sancti Jacobi*, um manuscrito do século XII de propaganda dos milagres, escrito pelo papa Calixto II (LORENZO, 2000).

#### 4 Aplicações sociofuncionalistas à prosa medieval (literária, histórica, religiosa e jurídica): o caso de -Ra, *haver/ter* + participio, pretérito anterior e perfeito simples

Consideramos, nesta etapa, usos de -ra temporal com valor de passado do passado (conforme exemplo 10), *haver/ter* no imperfeito mais participio neutro (conforme exemplos 11a e 11b), *haver/ter* no perfeito mais participio – pretérito anterior (conforme exemplo 12) e pretérito perfeito simples (conforme exemplo 13).

- (10) Quando el rey dom Sancho soube que era ydo o conde et co~mo o SACARA a condessa, pesoulle assy co~mo se ouuesse perdido o rreyno; pero nõ quiso seer errado contra a condessa (Crônica Geral, capítulo 96).
- (11a) [...] et ontre os vençudos foy hüu caualeiro que AVIA ACUSTUMADO *de yr en rromaria a Santiago* (Milagres de Santiago, folio 50).
- (11b) Et mandoo logo sacar dos ferros. Et desy folgarõ toda a noyte ambos en h~uu et falarõ y muyto de suas cousas, et poserõ co~mo fezessem todo aquilo, seg~udo (seg~udo) TIJNÁ ORDENADO, se Deus llo quisesse g[ui]sar assy (Crônica Geral, capítulo 95).
- (12) Poys que el rey don Fruella OUVÉ REYNADO hüu ãno et dous messes, quanto auemos dito susu que reynara, engafeçeu; ca os ma[o]s nõ quer Deus que chegẽ aa meadade de seus dias (Crônica Geral, capítulo 55).

- (13) Et alg̃uus diz̃e que foy a enfermidade da (da) menaçõ que os tomou a todos, de guisa que nõ escaparõ ende senõ muy poucos que contassem as nouas en sua terra, et da caualgada que elles FEZERÕ contra Galiza et das gaãças que SACARÕ da terra do apostolo Sanctiago (Crônica General, capítulo 119).

Foram coletados 1095 dados de prosa literária, histórica, religiosa e jurídica, assim distribuídos: 814 de pretérito mais-que-perfeito simples, 108 de pretérito perfeito simples, 106 de *haver/ter* no pretérito imperfeito mais particípio masculino singular e 67 de pretérito perfeito anterior (de acordo com a tabela 01 a seguir). Tratamos, portanto, da função de antepretérito ou passado anterior a uma referência temporal também passada, considerando-se gênero textual, tipo de verbo, marcador temporal, pessoa discursiva, tipo oracional, polaridade e presença de objeto, esse grupo especificamente para os casos de *haver/ter* no imperfeito mais particípio, para evidenciarmos fatores estatisticamente significativos.

**Tabela 1.** Distribuição das formas de antepretérito na prosa medieval galego-portuguesa

Forma Prosa	Mais-que- perfeito simples	<i>Haver/ter</i> (imperf.) + particípio	Pretérito anterior	Pretérito perfeito simples
Literária	206	49	11	43
Histórica	384	47	49	26
Religiosa	191	02	07	21
Jurídica	33	08	00	18
<i>Total</i>	814	106	67	108

Fonte: Elaborada pela autora.

Embora seja frequente o uso da forma simples do mais-que-perfeito para a expressão do antepretérito, observamos considerável uso de formas compostas já na era medieval, o que corrobora a afirmação de Lorenzo (1995) de que, na época medieval, as formas compostas têm muitíssimo uso. Embora o particípio geralmente concorde com o objeto (“*avía corruda toda a terra*” – conforme o autor, p. 674), *ter* pode já ser visto como auxiliar em alguns casos: “segundo que o tiña falado conno Çide” (p. 674). Considerando-se somente os casos de *haver/ter* no imperfeito mais particípio no masculino singular, podemos observar, na tabela (02), que tal uso é frequentemente condicionado por: verbo dinâmico, ausência de marcador temporal, orações paratáticas e subordinadas, além de três dos quatro tipos de prosa (literária, histórica e jurídica).

**Tabela 2.** Condicionamentos de uso de *haver/ter* no imperfeito mais particípio na prosa medieval galego-portuguesa (estatisticamente significativos cf. peso relativo)

Grupos	Fatores	Apl./Total	Percentual	Peso relativo
Tipo de verbo	Dinâmico	27/745	3,6	0.607
Marcador temp.	Ausência	89/904	9,8	0.552
Tipo oracional	Parataxe	17/81	21	0.900
	Completivas	21/222	9,5	0.738
	Relativas	40/512	7,8	0.551
Tipo de prosa	Literária	49/309	15,9	0.669
	Histórica	47/506	9,3	0.554
	Jurídica	8/59	13,6	0.583

Fonte: Elaborada pela autora.

Em alusão aos princípios de gramaticalização propostos por Hopper (1991), esses dados mostram a emergência de novas camadas na língua. Para a efetiva gramaticalização da forma composta, *haver* não poderia selecionar objeto e o particípio deveria ser forma neutra, por isso também investigamos esse contexto em particular, ou seja, somente as formas no masculino/singular com/sem objeto. *Haver/ter* no imperfeito mais particípio ocorre, na maioria dos casos, com objeto anafórico, embora haja considerável número de dados sem objeto explícito (conforme tabela 03). De 106 dados, 21 já ocorrem sem objeto para *haver/ter* e 53 com objeto recuperável no contexto anterior. Nesses 106 dados, o que mais se observa é posse metafórica, 60 dados (53.6%), posse referente a temas como ideia, desonra, mal, tempo, quantidade etc.

**Tabela 3.** Distribuição de ‘*haver/ter*’ no imperfeito mais particípio masculino/singular por tipo de prosa e seleção de objeto em dados do galego-português

Forma ↓ // Prosa →	Literária	Histórica	Religiosa	Jurídica
Com OD explícito para ‘ <i>haver/ter</i> ’	12	13	00	07
Com OD recuperável para ‘ <i>haver/ter</i> ’	32	19	01	01
Sem OD para ‘ <i>haver/ter</i> ’	5	15	01	00
Totais	49/106	47/106	02/106	08/106

Fonte: Elaborada pela autora.

Não menos importantes são os usos de pretérito anterior (*haver* no perfeito mais particípio) em construções assim estruturadas: locução conjuntiva temporal + pronome anafórico + pretérito anterior, como em: “Depoys que todo esto OUUO FEYTO...” – Crónica Troiana, capítulo 25). Diferentemente dos demais usos de antepretérito (contrassequenciais), esses ocorrem sequencialmente e são condicionados, conforme tabela (04), por verbos menos dinâmicos, presença de marcador temporal, oração hipotática e tipo de prosa, tanto religiosa quanto histórica.

Mais uma vez, mostramos que uma forma gramaticalizada assume esse papel de indicação de passado do passado, porém seus contextos preferenciais são opostos aos contextos de *haver/ter* no imperfeito mais particípio, desconsiderando apenas o fator prosa histórica que condiciona



ambas as estruturas. Isso implica o reconhecimento de compatibilidade entre variação e equilíbrio. Quando duas formas em processo de gramaticalização competem, frequentemente o fazem para recobrir um mesmo domínio funcional, porém cada qual predomina em um ou outro contexto, razão pela qual permanecem no sistema por largos períodos.

**Tabela 4.** Condicionamentos de uso do pretérito anterior na prosa medieval galego-portuguesa (estatisticamente significativos cf. peso relativo)

Grupos	Fatores	Apl./Total	Percentual	Peso relativo
Tipo de verbo	Estático	64/350	18,3	0.938
Marcador temporal	Presença	41/191	21,5	0.790
Tipo oracional	Hipotaxe	65/279	23,3	0.966
Tipo de prosa	Histórica	49/506	9,7	0.584
	Religiosa	7/221	3,2	0.692

Fonte: Elaborada pela autora.

Outrossim, nossa pesquisa mostra usos do pretérito perfeito simples na codificação do passado do passado, cujos contextos preferenciais são os de verbo dinâmico, modal e dicendi, as pessoas discursivas 1, 2, 4 e 6, as orações hipotáticas e subordinadas relativas e três dos quatro tipos de prosa, excetuando-se a histórica, conforme evidenciam os pesos relativos dispostos na tabela (05). Voltando à ideia de variação sistemática, outra prova de que as camadas se ajustam perfeitamente pode ser visualizada pelas tendências de uso do pretérito perfeito simples, particularmente, em se tratando de seu uso com verbos modais e dicendi, ao passo que verbos dinâmicos condicionam *haver/ter* no imperfeito mais particípio e verbos estáticos, *haver/ter* no perfeito mais particípio (pretérito anterior).

**Tabela 5.** Condicionamentos de uso do pretérito perfeito simples na prosa medieval galego-portuguesa (estatisticamente significativos cf. peso relativo)

Grupos	Fatores	Apl./Total	Percentual	Peso relativo
Tipo de verbo	Dinâmico	79/695	11,4	0.573
	Modal	3/22	13,6	0.667
	Dicendi	11/50	22	0.730
Pessoa discursiva	P1	2/9	22,2	0.803
	P2	2/3	66,7	0.949
	P4	1/4	25	0.661
	P6	55/280	19,6	0.764
Tipo oracional	Hipotaxe	33/279	11,8	0.600
	Relativas	53/512	10,4	0.536
Tipo de prosa	Literária	43/309	13,9	0.635
	Religiosa	21/221	9,5	0.503
	Jurídica	18/59	30,5	0.854

Fonte: Elaborada pela autora.

As formas de imperfeito mais participío, pretérito anterior e pretérito perfeito simples, apesar de terem considerável uso, são bem menos recorrentes do que a forma simples do mais-que-perfeito, cuja frequência é de 74,3% na amostra sob análise. Esses casos de mais-que-perfeito simples, de acordo com a tabela (06), são motivados por verbos dinâmicos/modais/dicendi, ausência de marcador temporal, terceira pessoa discursiva, polaridade negativa, oração subordinada e prosas religiosa e histórica.

**Tabela 6.** Condicionamentos de uso do pretérito mais-que-perfeito simples na prosa medieval galego-portuguesa (estatisticamente significativos cf. peso relativo)

Grupos	Fatores	Apl./Total	Percentual	Peso relativo
Tipo de verbo	Dinâmico	586/695	84,3	0.624
	Modal	19/22	86,4	0.602
	Dicendi	39/50	78	0.563
Marcador temp.	Ausência	697/904	77,1	0.519
Pessoa disc.	P3	636/796	79,9	0.580
Polaridade	Negativa	40/45	88,9	0.805
Tipo oracional	Subordinação	188/222	84,7	0.636
	Relativas	417/512	81,4	0.568
Tipo de prosa	Histórica	384/506	75,9	0.540
	Religiosa	191/221	86,4	0.611

Fonte: Elaborada pela autora.

Consideramos expressivos os números para *haber/ter* no imperfeito mais participío e para pretérito perfeito simples, tendo em vista que, atualmente, o passado do passado, em português, pelo menos na oralidade, é expresso basicamente por *'ter'* no imperfeito + participío e pelo pretérito perfeito simples, codificando anterioridade a um ponto de referência passado, conforme atestam, entre outros, Camara (1972); Fiorin (1996) e Coan (1997).

Em relação ao pretérito perfeito simples, é preciso atentar para o fato de que as terminações inicialmente distintas *-ã < -ant* e *-õ < -unt*, conforme Maia (1986), começam a confundir-se desde o século XIII, mas mais intensamente a partir do século XIV. Não se sabe, entretanto, conforme a autora, se as grafias apenas indicavam vacilação (reflexo da mudança de pronúncia) ou se haviam se transformado em ditongo nasal [ãu] (já havia uma única pronúncia para duas terminações distintas). Para Lorenzo (1988), os textos primitivos mostram que, desde o século XIV, há flutuação entre as terminações e muitas formas primitivas se viram alteradas por influência doutras: a forma do *perfecto (cantaron)* nem sempre se diferenciava claramente do *pluscuamperfecto (cantaran)* quanto à função e essa falta de nitidez na distinção dos valores pode ter levado à igualação das formas.

## 5 Considerações finais

A análise empreendida nesta pesquisa comprovou que não é biunívoca a relação entre forma e função. Como as gramáticas são produtos de desenvolvimentos históricos (na acepção de Lichtenberk, 1991), os dados mostram como se configuram domínios funcionais que dão lugar a outros domínios, sempre em camadas. Vemos que, atualmente, são as formas de pretérito mais-que-perfeito composto e de pretérito perfeito simples que codificam, mais frequentemente, o antepretérito, ao passo que, em galego-português, tal domínio contava com quatro camadas.

Duas observações decorrem dessa comparação: direcionamento modal para a forma em *-ra*, pois, por codificar ambos os domínios (modal e temporal), foi fixando-se em estruturas modalizadas, menos assertivas, até sua cristalização em enunciados optativos. Por outro lado, o pretérito perfeito simples tem alargado seu terreno de atuação: suplantou o pretérito anterior e, hoje, compete, com o mais-que-perfeito composto, ademais de continuar *firme e forte* em sua acepção de passado anterior ao momento de fala.

Essa configuração gramatical em domínios funcionais, nos quais há camadas, é justificável à medida que cada forma integrante de um domínio tem seus contextos preferenciais de uso, como nos revelou a análise estatística apresentada na seção quatro. Isso prova que a variação é sistemática, ou seja, trata-se de heterogeneidade ordenada. Ademais, nossa análise vem a corroborar outras premissas muito bem casadas entre Sociolinguística e Funcionalismo (o papel da frequência e do contexto de uso na modulação gramatical, bem como o fato de mudança e variação estarem sempre presentes).

Pesquisas ligadas à interface aqui destacada, em geral, conforme observam Görski e Tavares (2013), têm utilizado dados atuais como fonte de análise, por permitirem observação de mais ocorrências, as quais são facilmente recuperáveis. Eis um diferencial de nossa pesquisa, tendo em vista a imersão histórica para tratamento de um fenômeno de variação morfossintática e do processo de gramaticalização.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. M. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1989.
- BARBOSA, J. S. **Gramática Philosophica da Língua Portuguesa**. 2 ed. Lisboa: Lisboa, [1822] 1830.
- BECKER, M. From temporal to modal: divergent fates of the Latin synthetic pluperfect in Spanish and Portuguese. In: DETGES, U.; WALTEREIT, R. (Orgs.). **The Paradox of Grammatical Change: perspectives from romance**. Amsterdam: John Benjamins, 2008, p. 147-180.

BYBEE, J.; HOPPER, P. J. **Frequency and the emergence of linguistic structure**. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

CÂMARA, J. M. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1972.

CARDEIRA, E. Revisitando a periodização do português: o português médio. **Domínios da Lingu@gem**, p. 103-115, 2009.

CARDOSO, A.; PEREIRA, S. Contributos para o estudo da emergência do tempo composto em Português. **Revista da Abralin** 2(2), p.159-181, 2003.

CASTILHO, A. T. A gramaticalização. **Cadernos de Estudos Linguísticos e Literários** 19, p. 25-64, 1997.

CASTRO, I. **Sete Ensaios sobre a obra de J. M. Piel**. Lisboa, Instituto de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa, 1988.

COAN, M. **Anterioridade a um ponto de referência passado: pretérito (mais-que-) perfeito**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

COAN, M. **As categorias Tempo, Aspecto, Modalidade e Referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlação entre função(ões)-forma(s) em tempo real e aparente**. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

COAN, M.; LIMA, E. V.; SAMPAIO, M. F. Um retrato do pretérito mais-que-perfeito de 1887 a 2012. **D.E.L.T.A.**, 35-2, p.1-26, 2019.

COAN, M. Obsolescência ou persistência: o mais-que-perfeito conjuntivo. **Linguística ALFAL**, 36 (1), Junho, p. 9-32, 2020.

COAN, M. Funções do pretérito mais-que-perfeito simples em textos literários, históricos e religiosos do galego-português. **Studia Romanica et Anglica Zagrabiensia**, 2021a (no prelo).

COAN, M. Valores modais do morfema –ra na lírica profana galego-portuguesa. **Working Papers em Linguística**, 2021b (no prelo).

CUESTA, P. V.; LUZ, M. A. M. **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa: Edições 70, 1980 [1971].

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 5ª. edição. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DIAS, E. da S. **Syntaxe Historica Portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1918.

DUBOIS, S.; VOTRE, S. J. Análise modular e princípios subjacentes do funcionalismo linguístico. In: VOTRE, S. J. **A construção da gramática**. Niterói: Editora da UFF, 2012.

FIORIN, J. L. **As Astúcias da Enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996, p.127-255.

GIVÓN, T. **Functionalism and Grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., 1995.

GÖRSKI, E. M.; TAVARES, M. A. Reflexões teórico-metodológicas a respeito de uma interface sociofuncionalista. **Revista do GELNE**, Natal/RN, Vol. 15, Número Especial: 79-101, 2013.

HOPPER, P. J. On Some Principles of Grammaticization. In: TRAUGOTT E. C.; BERND H. (Ogs.). **Approaches to Grammaticalization**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1991.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HRICSINA, J. Evolução do pretérito anterior na língua portuguesa. **Romanica Olomucensia** 29/2, p.149-160, 2017.

LABOV, W. Where does the Linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. **Sociolinguistic Working Paper**, 44. Texas, 1978.

LABOV, W. **Principles of linguistic change: internal factors**. Oxford: Blackwell, 1994.

LABOV, W. **Principles of linguistic change: cognitive and cultural factors**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

LASS, R. **On explaining language change**. New York: Cambridge, 1980.

LICHTENBERK, F. On the Gradualness of Grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. **Approaches to Grammaticalization**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1991.

LORENZO, R. **La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla**. Edición crítica anotada, con introducción, índice onomástico y glosario. Tomo I: Introducción, texto anotado e índice onomástico; Tomo II: Glosario. Ourense: I.E.O.P.F., 1975.

LORENZO, R. **Crónica troiana. Introducción e texto**. A Coruña: Fundación "Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa", 1985.

LORENZO, R. Considerações sobre as vocais nasais e o ditongo –ão em português. **Homenagem a Joseph M. Piel por ocasião do seu 85º aniversário**. Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1988.

LORENZO, R. Galegische Koine. In: HOLTUS, G.; METZELTIN, M.;

- SCHMITT, C. (Orgs.). **Lexikon der Romanistischen Linguistik**. Volume II. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1995, p.649-679.
- LORENZO, R. Prosa Medieval. In: IGLESIAS, F. R. **Galicia Literatura. Tomo XXX – A idade média** (coordenação de Mercedes Brea). A Coruña: Hércules de Ediciones S. A., 2000, p. 366-429.
- LORENZO, R. **Miragres de Santiago. Valencia: Scriptorium Ediciones Limitadas, 2004.**
- LUFT, C. P. **Gramática Resumida**. Porto Alegre: Editora Globo, 1976.
- MAIA, C. de A. **História do galego-português**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1986.
- MARTINS, K. C.; PAIVA, M. da C. V-ra no português: uma análise diacrônica. **Estudos Linguísticos**, 42 (1), p. 540-552, 2013.
- MASIP, V. **Gramática histórica portuguesa e espanhola: um estudo sintético e contrastivo**. São Paulo: EPU, 2003.
- MATTOS e SILVA, R. V. **Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do Português Arcaico**. Lisboa: IN-CM, 1989.
- MATTOS E SILVA, R V. **O português arcaico: morfologia e sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2001.
- MELO, G. C. **Gramática Fundamental da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987.
- MONTEAGUDO, H. A Galiza e o espaço linguístico-cultural de expressão portuguesa. In: LOBO, T. et al. (Orgs.). **ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 51-64.
- MONTEAGUDO, H. **Historia social da lingua galega**. Vigo: Editorial Galaxia, 1999.
- NEVES, M. H. de M. Estudos funcionalistas no Brasil. **D.E.L.T.A.** 15/Especial, p. 71-104, 1999.
- PEREIRA, E. C. **Gramática Histórica**. São Paulo: Editora Monteiro Lobato & cia, 1923.
- POPLACK, S. Grammaticalization and linguistic variation. In: NARROG, H.; HEINE, B. (Orgs.). **The Oxford handbook of grammaticalization**. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 209-224.
- SAID ALI, M. **Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 1964.
- SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E.. **Goldvarb X - A**

**multivariate analysis application.** Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005.

SILVEIRA BUENO, Francisco. **A Formação histórica da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955.

TAGLIAMONTE, S. A. Comparative sociolinguistics. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SHILLING-ESTES, N. (Orgs.). **The handbook of language variation and change.** Cambridge: Blackwell, 2004. p. 729- 763.

TAVARES, M. A. **A gramaticalização de E, AÍ, DAÍ e ENTÃO: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista.** Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa.** (Tradução de Celso Cunha). São Paulo, Martins Fontes, 1997.

TORRES CACOULLOS, R. Variation and grammaticalization. In: DÍAZ-CAMPOS, M. (Org.). **The handbook of Hispanic sociolinguistics.** Oxford: Blackwell, 2011.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: LEHMANN, W. P.; MACKIED, M. (Orgs.). **Directions for Historical Linguistics.** Austin: University of Texas Press, 1968, p.97-195.

XOVE FERREIRO, X. **A temporalidade verbal nas “cantigas d’escarnho e de mal dizer”.** Faculdade de Filologia. Universidade de Santiago, 1977.

*Recebido em 28 de fevereiro de 2021*

*Aceito em 17 de junho de 2021.*

*Publicado em 30 de dezembro de 2021.*

## **SOBRE A AUTORA**

**Márluce Coan** é doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; tem pós-doutorado na Universidade de Santiago de Compostela – USC – Espanha; é professora do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará – UFC; é bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – nível 2 e coordena os grupos de pesquisa SOCIOLIN-CE (Grupo de Pesquisas Sociolinguísticas do Ceará) e SOCIOLIN-LE (Grupo de Pesquisas

Sociofuncionalistas em Línguas Estrangeiras). Áreas de atuação:  
Sociolinguística, Funcionalismo, Sociofuncionalismo e  
Linguística Histórica.

E-mail: [coanmalu@ufc.br](mailto:coanmalu@ufc.br)

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7809-8624>